

The Non-Cooperation Principle in Journalistic Performance

Jair Antonio de Oliveira

Universidade Federal do Paraná

MEDUC

Índice

1. Introdução	2
2. A Perspectiva Pragmática	3
3. A Retórica da Cooperação	4
4. 4 (Não) Cooperação e o Fazer Jornalístico	5
5. A Metalíngua Mínima	8
6. O Corpus	9
7. Bibliografia	10

Communications rhetoric takes up considerable space in areas of human knowledge. In journalistic performance, for instance, it is imposed in order to determine that “cooperative” relation between journalistic and their readers prevails, i.e.: aiming at keeping the idea that there is a symmetric communicative (two-way) relation between interlocutors. Within this context, to communicate means to share meaning and intentions, prevailing the supposition that the journalist is cooperative. In this case, it is possible for the reader to capture the tone and content of the statements, without much reflection, in relation to what was written. Such perspective introduces itself in a conceptual network sus-

tained by the permanent search for an ontological content or reality behind any logical or grammatical expression, which can integrate individuals within what Barthes (1993) calls “The Great Family of Man”.

In this manner, the building of hierarchical relation (cooperation) to the detriment of fact articulation (manifestation of beliefs) may be observed in journalistic performance. The never-ending intermingling process which covers journalistic action is denied: lapses, interruptions, cuts, silence, hesitations, interventions, reactions, rejections and aversions, in other words, non-cooperation.

By excluding non-cooperation from journalist performance, communication rhetoric tries to obliterate resistances, simulations, ironies, or suspicion that its own philosophical structure nothing more reveals. It becomes imperative, therefore, to outline a minimal metalanguage able to subsidize the specification and recovery of the inarticulate power of the so called non-cooperative actions. Such metalanguage seems indispensable when it comes to postulating a principle, which today is neglected, because it is precious to cooperate, or as Nietzsche (1886)

stated: “To have actions of sympathy with others”.

Key-words: Journalism – non cooperation – Pragmatics.

O Princípio da Não-Cooperação no Fazer Jornalístico

1. Introdução

Atualmente, observa-se o uso do termo comunicação para se referir aos mais diferentes processos. Em todas as áreas do conhecimento humano está presente a idéia de que células, máquinas, sistemas e indivíduos estão em um permanente intercâmbio, trocando sentidos, conteúdos, informações, material genético, de forma simultânea e colaborativa. Estes usos permitem que o século atual seja conhecido como a “Era da Sociedade da Comunicação” e carregam os seguintes pressupostos: a) a função principal, senão hegemônica, do que chamamos linguagem é comunicar, isto é, tornar comum; b) comunicar é cooperar e/ou cooperar é comunicar. O movimento em torno dessas idéias não é negativo, pois demonstra a vitalidade dos processos biológicos que foram responsáveis pela existência da própria vida no planeta. No entanto, ao ampliar os seus referentes e associar “comunicação” à noção de cooperação, os indivíduos transformaram estes conceitos em “condições da natureza humana”, sem levar em conta o caráter social, cultural, dialógico e político das ações, algo que Barthes (1993:1) chamou de “A Grande Família dos Homens”.

Nesta perspectiva, o propósito aqui é refletir criticamente em torno das noções abstratas de comunicação e cooperação e, ao mesmo tempo, definir condições mínimas (que estou chamando de metalíngua) em

torno do Princípio de Não-Cooperação. O *locus* da pesquisa é o discurso jornalístico, pois esta atividade é uma complexa ação de intermediação de fatos e valores onde se procura transmitir a idéia de cooperação entre jornalista e leitor no que se refere aos sentidos/objetivos dos enunciados. Isto é, o jornalista é cooperativo em virtude das crenças que dão sentido à sua experiência de trabalho: a) possui uma competência profissional específica (comunica de forma clara, sincera, comedida, relevante e polida tanto a forma verbal quanto a intenção comunicativa); b) uma maneira singular de agir (imediatismo); c) uma maneira singular de ver (visão bipolar – o mundo estruturado em pólos opostos). Por outro lado, o leitor do texto jornalístico é cooperativo pois conhece as convenções narrativas que atribuem ao gênero “notícia” uma força ilocucionária de asseverar, ou seja: afirmar com certeza, com segurança (Austin, 1990; Chaparro, 1993). Ao ler o jornal, o leitor agirá no sentido de apreender esta força ilocucionária e legitimar as notícias como fatos “reais e verdadeiros”.

Utilizamos como *corpus* notícias publicadas pelo jornal Folha de São Paulo¹ em 12/08/04 sobre a visita do Presidente Lula ao Estado de Rondônia e seu encontro com integrantes do Movimento dos Sem Terras (MST). O critério para a seleção de textos foi a celeuma acontecida anteriormente quando o jornalista Larry Rohter, do New York Times, foi expulso do Brasil após reportagem em que citou a preocupação nacional com o fato de o presidente ingerir excessivamente bebidas alcoólicas.

¹ Jornal de maior circulação no Brasil com uma tiragem diária de 350 mil exemplares.

Metodologicamente, esta incursão é um exercício “desconstrutivo” (Derrida, 1973), ou seja: revelar hierarquias presentes no fazer jornalístico, camufladas pela força do apelo à noção de cooperação. Para lidar com este (des)velamento é necessário o aporte teórico da Pragmática. Segundo Haberland e Mey (1977:1), a Pragmática é a “Ciência do Uso da linguagem em contextos sociais”.

2. A Perspectiva Pragmática

A teoria do uso aqui empregada tem como entorno o processo de produção da linguagem e seus produtores e não exatamente o produto final, a linguagem em si. Esta abordagem privilegia o mundo dos usuários (Mey, 1993), isto é, o universo dinâmico sócio-semiótico onde as interações acontecem num permanente conflito de posições valorativas. A sociedade, incluindo, evidentemente, o contexto jornalístico, constitui uma espécie de “arena axiológica” onde os indivíduos estão produzindo textos ininterruptamente; não há um início ou fim para os enunciados, mas diferentes jogos de linguagem, cada um concretizando diferentes atitudes e posições sociais. Nestas circunstâncias, a abordagem Pragmática não deve ser meramente descritiva, mas promover e permitir transformações sociais. Isto significa “politizar” as pesquisas nesta área a fim de que os seus resultados sejam úteis para os todos os indivíduos e não apenas para a comunidade acadêmica.

Deve-se inquirir “como” e “por quê” os indivíduos usam a linguagem no discurso jornalístico adotando como pressuposto o seguinte argumento: quando as pessoas participam de um “jogo lingüístico” o fazem com a intenção de se orientar no universo

cultural dos sentidos e, ao mesmo tempo, assumir uma posição estratégica diante de outras atitudes valorativas expressas por outros usuários da linguagem. Nestas circunstâncias, a intencionalidade torna-se vital para a pragmática e deve ser entendido aqui como um processo ativo e singular do indivíduo em responder às condições objetivas (sociais e corporais) e não como a expressão de um estado interior que pretensamente atue em termos causais. Afirmar que há uma intenção é afirmar que são inteligíveis o agente e a ação, isto é: a intenção ganha significado a partir da linguagem e do contexto ou situação operativa em que é usada (Shibles, 1974:121).

“Nós não podemos descrever a linguagem e seus usos fora do contexto de uso, isto é, fora da sociedade em que a linguagem é usada”, disse Mey (1985:11). No contexto jornalístico isto quer dizer que a Pragmática deve ser expressa como o uso da linguagem na comunicação, ou seja: ao igualar uso com uso comunicativo, identifica-se a Pragmática com uma explicação da inter-relação existente entre a linguagem e a situação comunicativa em que está sendo usada. A situação anacrônica é que a própria Pragmática tem no Princípio de Cooperação e suas máximas conversacionais (Grice, 1975) o seu principal suporte. Mas não iremos descartar este conceito e sim colocá-lo “sob suspeita” a fim de alertar aos seus usuários para que não o aceitem em sua *face value* filosófica. E, principalmente, para estimular, quem quer que use o termo “cooperação” a refletir sobre as seguintes questões: a) por que as pessoas cooperam? ; b) que parâmetros as pessoas adotam para colaborar efetivamente em torno de objetivos pré-definidos?

Em suma, a escolha da Pragmática como referencial teórico para esta incursão deve-

se ao fato de, nessa teoria, a linguagem ser considerada uma forma de performance social, intencional e política, cujos efeitos permitem aos indivíduos alterar, criar estados de coisas no mundo e, numa relação dialética, constituírem-se como Sujeitos de sua própria história. A Pragmática não segue os moldes de previsibilidade que a Sintaxe ou a Semântica adotaram. Nem os métodos “exatos” que a Matemática ou a Biologia, por exemplo, empregam. A Pragmática, neste caso, é a “interpretação pessoal” dos usos da linguagem de acordo com o conhecimento implícito e explícito que temos dos usuários, de suas crenças e das expectativas que decorrem deste conhecimento. Tal hipótese aproxima a Pragmática de uma Teoria Geral da Comunicação (Caffi, 2001), cujos interesses são os usos da linguagem cinética, visual, sonora dos atos comunicativos de diversas situações intra e interculturais. Portanto, na dinâmica dos signos e das significações, uma perspectiva pragmática é sempre polivalente, pois inclui domínios dos fatos de enunciação, inferência, instrução, além de refletir o “fazer parte de uma forma de vida”, isto é: das crenças de uma comunidade.

3. A Retórica da Cooperação

Em suas origens, a cooperação entre os indivíduos refletia os aspectos práticos da existência cotidiana. O ambiente hostil e as dificuldades para a subsistência impeliam os seres humanos para as ações em conjunto. Cooperar era uma questão de sobrevivência e não um processo social organizado. Mais ou menos como apregoa um ditado alemão: “*Erst Kommt das Fressen Dann Kommt die Moral*” (Antes vem a comida, depois a moral). Na atualidade, quando bus-

camos uma resposta para o conceito de cooperação, nosso impulso inicial é buscar uma explicação dicionarizada: “Cooperar: operar ou obrar simultaneamente; trabalhar em comum; colaborar” (Ferreira, 1975:380). Na realidade, o que se constata é a transformação desta ação em um atributo universal, inerente aos indivíduos e que se manifesta a-historicamente em todas as culturas. Nesta perspectiva, em qualquer momento que se pronuncie a palavra “cooperação” invoca-se um conjunto de crenças prescritivo e normativo que transforma uma aptidão em uma sujeição estrita a determinadas representações ideológicas. Embora seja impossível apontar todas as potências que se apoderaram do termo cooperação e o empregaram conforme seus propósitos específicos, é possível investigar a retórica predestinada que foi usada por essas potências e explicitar as bases morais e políticas desses usos.

Integrando a retórica predestinada, a noção de cooperação enquanto atributo humano é usada de muitas maneiras:

- a) como tendo um propósito social e em alguns casos socialista, próximo ao que disse Marx no Manifesto Comunista: “proletários de todos os países, unidos”;
- b) como ligada aos princípios do cristianismo: “Amarás o teu próximo como a ti mesmo” (Marcos, 12:31);
- c) associada ao processo de globalização, isto é: cooperar envolve, por meio de uma transação, pessoas, grupos e países em torno de objetivos comuns nas áreas econômicas, social e educacional. Esta conceituação, por exemplo, revela a filosofia do mundo indus-

trial, traduzida pelo lucro e acumulação. Qualquer ação cooperativa neste contexto explicita seus efeitos em relação ao “sucesso” e ao “interesse”, metáforas essenciais para o conjunto de crenças hegemônicas na atualidade.

Obviamente, compreender a retórica da cooperação em qualquer situação implica em considerar detalhadamente a contribuição dos aspectos extra-lingüísticos das interações, contudo, sem perder de vista as condições internas aos enunciados. Austin (1990:26) observou “(...) é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas”. Isto é: é preciso estar atento para o risco do fracasso em uma ação dita cooperativa; não como um fator acidental, mas como uma condição a que estão expostos todos os atos convencionais. Em uma ação dita cooperativa, por exemplo, é pouco provável que se possa definir claramente onde começam e onde terminam os eventos estratégicos que levam aos objetivos intencionados pelos interlocutores. A regra geral é que não há um evento discreto, pronto para ser apontado e avaliado por meio de uma simples análise. A “negociação” envolve uma sucessão, um continuum, onde estão presentes pressupostos, inferências, implicaturas, pistas, informações contextuais, conhecimento compartilhado, lingüístico e de mundo, aspectos psicológicos, simbólicos e emotivos, que devem ser apurados para uma aproximação com “cada caso” de desejo e, conseqüentemente, com cada caso de interesse e de sucesso.

4. 4 (Não) Cooperação e o Fazer Jornalístico

O fazer jornalístico é uma complexa ação de intermediação de fatos e valores onde se procura transmitir a idéia de cooperação entre o jornalista e o leitor no que se refere aos sentidos/objetivos das notícias. Simbolicamente, a imagem do jornalista está associada à veracidade dos fatos e a sua competência profissional associada à produção de relatos claros, comedidos, relevantes, sinceros e polidos. Os manuais de redação jornalística reforçam tais idéias ao definir notícia como: “puro registro dos fatos, sem opinião. A exatidão é o seu elemento chave (...)” (Manual da Folha, 1992:38). No entanto, jornais são “empresas” e objetivam lucros, incluindo-se na dinâmica do capital financeiro onde o comportamento profissional ou ético nem sempre é respeitado. No ambiente empresarial do jornal, a cooperação conversacional não se refere unicamente à intenção comunicativa do locutor (o que ele realmente quer dizer), mas às exigências (pautas) impostas pelas relações de trabalho – domínio onde o cumprimento das tarefas é o que importa; são as relações hierárquicas que determinam a maneira como os relatos devem ser produzidos e interpretados. Isto é: a cooperação se realiza a partir de premissas estipuladas pela organização e restringe-se ao que o locutor pode dizer (dadas as circunstâncias) e ao que o locutor deve dizer (dadas as expectativas dos interlocutores) e decisão do editor-chefe.

O nexos causal entre o fazer jornalístico e as Máximas Conversacionais de Grice (1975) é evidente, pois em ambos os casos há pressupostos para manter uma relação idílica entre os interlocutores. “Faça a sua

contribuição conversacional tal como é requerida no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que você está engajado” (Grice, 1975: 45). As implicaturas conversacionais são empregadas para “garantir” a cooperação no intercâmbio mesmo quando um dos interlocutores aparentemente transgredir uma das máximas. Por exemplo:

A Como você avalia este texto?

B Uma peça barroca.

Em (1) o falante (B) transgredir a Máxima de Modo (seja claro). No entanto, a transgressão gera uma implicatura, ou seja, uma inferência, cuja interpretação deve ser efetivada no contexto extralingüístico compartilhado entre os interlocutores; os itens lexicais do enunciado constituem apenas o “ponto de partida” para a interpretação. Embora sejam usadas nos textos jornalísticos, as implicaturas são permanentemente monitoradas pela instituição para evitar o surgimento de inferências não-autorizadas². Isto é: implicaturas são “autorizadas” apenas quando contribuem para uniformizar expectativas, conhecimentos e afinidades entre os interlocutores e/ou construir ou destacar simbolicamente fatos e pessoas segundo os critérios da linha editorial do jornal.

No imaginário coletivo, construído pelos hábitos e crenças compartilhadas, os leitores de jornal reforçam a idéia de que os jornalistas, embora distantes fisicamente, estão cooperando – não seria racional um comportamento contrário (Grice, 1975). Portanto,

²Os termos “instituição”, “organização” e “empresa” estão sendo usados aqui com o mesmo entorno semântico: o espaço da captação, produção e distribuição dos relatos.

os leitores legitimam o tom e conteúdo dos relatos como representação do real e não como manifestação de crenças de quem produz os textos. Captar o tom e o conteúdo das notícias constitui sistematicamente um processo de relacionar as descrições (notícias) com uma realidade pré-existente, “o que é, é como é”. Trata-se de uma “descontextualização”, como disse Mey (2003:336): “*A fact is always somehow a human fact. This human-ness, this human context, is decisive for our dealing with those facts*”. Há motivos intencionais para a descontextualização dos fatos na instância de produção, circulação e consumo (interpretação) das notícias e motivos não-intencionais; pois é impossível ao Sujeito ter controle total sobre a linguagem e/ou sobre o contexto. Dentre os motivos intencionais, o conceito de “Força Illocucionária” (Austin, 1990) e a idéia de “Tom” (Derrida, 1974, 2004) são apresentados aqui como ações “não-cooperativas”, isto é: como um trabalho do negativo a serviço da dialética do sentido; não como uma negatividade indesejável.

Austin (1990) resumiu sua idéia da seguinte maneira: a) ato locutório: ato de “dizer” alguma coisa (a emissão de uma cadeia sonora, contendo uma proposição); b) ato ilocutório: o ato de “fazer” alguma coisa quando a locução é produzida. O ato ilocutório não é efeito nem consequência do ato locutório. Sua determinação é dada principalmente pela intenção do locutor. Este ato é responsável pela especificação do ato lingüístico, ou seja, a locução proferida é uma pergunta? Uma ordem? Uma promessa? Um pedido de desculpas?; c) ato perlocutório: são os efeitos gerados pelos atos anteriores. Austin observou que os enunciados estão “dizendo” e “fazendo”

coisas ao mesmo tempo e que a linguagem não é um objeto abstrato ideal na mente do falante responsável pela “representação” do mundo. Ao mesmo, tempo, o sentido das palavras não pode ser reduzido ao nível do sinal lingüístico ou do indivíduo. Isto apenas torna mais relevante a idéia de força ilocutória para os processos de produção e leitura do texto jornalístico impresso. O fato de o leitor cooperativo apreender a intencionalidade jornalística, ou seja, o ato de asseverar, afirmar com certeza, característica do relato noticioso; não significa apreender a intenção comunicativa do jornalista que pode ser diferente.

Devido ao treinamento e experiência profissional, o jornalista geralmente fornece informações suficientes sobre os eventos relatados e indica, por meio de sinais gráficos, pontuação, acentuação e emprego de verbos, como ele “quer” ser entendido pelo interlocutor. O leitor também dispõe de outros “indicativos” para compartilhar com o produtor do texto a força ilocutória desejada: a separação dos assuntos em cadernos (editorias de política, cultura, esporte, policial), o *layout* diferenciado para os textos, a linha editorial do veículo, conhecimento prévio do assunto, familiaridade com o estilo do produtor, a escolha lexical etc. Mas, mesmo que o jornalista deixe “ganchos” na matéria para evitar inferências não-autorizadas por parte dos leitores, não há uma garantia de que a interpretação siga o que foi intencionado. Como observa Rajagopalan (2002:23): “(...) a prática lingüística se distingue pelos tropeços, acasos, imprevisibilidades e singularidades, atributos que desafiam o próprio desejo de domar, de domesticar, de, enfim, teorizar o objeto de estudo, no caso, a práxis”. Dito de outra

forma, o sentido do texto não é anterior ao uso (concepção representacional) e nem adventício – resultado da união de um significante e um significado (concepção estrutural); mas, constitui-se no próprio uso que se faz da linguagem (concepção pragmática). Na especificidade da escrita, é importante observar que:

Um signo escrito, no sentido corrente dessa palavra, é pois uma marca que permanece, que não se esgota no presente de sua inscrição e pode dar lugar a uma interação na ausência e além da presença do sujeito empiricamente determinado que a emitiu ou produziu, num dado contexto. É por isso que, ao menos tradicionalmente, distingue-se entre comunicação escrita e comunicação falada. Ao mesmo tempo, um signo escrito comporta uma força de ruptura com seu contexto, isto é, o conjunto de presenças que organizaram o momento de sua inscrição. Essa força de ruptura é não um predicado accidental mas a própria estrutura do escrito (Derrida, 1991:21).

No âmbito do jornalismo, o produtor do texto deve seguir um procedimento canônico para a redação da notícia, isto é, o relato deve ser veraz e factualmente correto (a força ilocutória que caracteriza este gênero). No entanto, há circunstâncias onde as convenções narrativas, os motivos éticos, jurídicos, ideológicos, econômicos e políticos levam o jornalista a descrever o acontecimento de forma factualmente correto, mas sem a veracidade necessária ou exigida para que o leitor levante inferências autorizadas para contextualizar toda a situação relatada. A intenção comunicativa do jornalista não corresponde ao que ele diz no texto. Há um conflito entre vozes que reproduzem uma percepção, enquadramento, descrição e diagramação dos

acontecimentos de forma ritualística e vozes que não se restringem aos esquemas determinísticos prévios dos manuais. Derrida (*apud* Brunette, 1994:21) diz: “Quando eu escrevo, a coisa mais difícil, o que me causa mais angústia, especialmente no início, é encontrar o tom correto”. Quem dá “tom correto” para o jornalista? E como o leitor pode se aproximar desta atitude, que no mundo ordinário é constituído pelos desejos, interesses, medo, angústias, expectativas, inveja, dor, solidão, vingança e amor? Sentimentos que não estão autorizados a transitar pelas mãos, dígitos, letras e teclados no momento de transformar um acontecimento em relato. “Heidegger lembra que o trabalho do pensamento é um trabalho da mão, uma *handlung*, uma ação” (Derrida, 2004:141), o que obriga, abriga, uma tensão permanente entre o que pode e deve ser “manuseável” na clausura das redações.

Entender o tom – o tom jornalístico é centrado na objetividade, seriedade e verdade, nem sempre remete às potências que fazem prevalecer os seus propósitos específicos; mas permite uma investigação do que é dito e como são ditas as ações não-cooperativas por meio de lapsos, ironias, interrupções, cortes, silêncios, hesitações, ambigüidades, intervenções, reações e rejeições. Formas positivas enquanto crenças alinhavadas com um Sujeito que, embora restrito socialmente por um discurso fundador, pretende descrever os acontecimentos do mundo segundo outros valores, hábitos e caprichos. Rorty (1994:26) disse que o mundo não fala; só nós é que falamos. Falamos a partir de coordenadas sociais e corporais; portanto, a partir de uma posição no mundo e diante de outras falas/ações que, agindo em sentido oposto, contraditório ou semelhante,

contribuem para alterar estados de coisas da realidade, estados interiores do Sujeito ou, simplesmente, manter as coisas como estão.

Mas, é preciso cautela para examinar o que as notícias escondem, falham em cobrir, ou apresentam de forma não-transparente. Tais ações não podem ser meramente enquadradas na esfera do não-dito. As ações não-cooperativas constituem “histórias por trás da história”, a dimensão ética do uso da linguagem no contexto jornalístico. Um olhar para os costumes (a eticidade é para Nietzsche a obediência aos costumes) pode mostrar “como” os relatos são articulados, quem são as pessoas envolvidas e porque algumas formas de não-cooperação têm um potencial para organizar ou desorganizar as ações individuais e institucionais enquanto outras são irrelevantes para estes fins. Este olhar requer uma metalíngua mínima, um vocabulário de ações intencionais, que permita descrever crenças, desejos e intenções historicamente constituídos.

5. A Metalíngua Mínima

A metalíngua mínima não é uma plataforma ou um método que o leitor vai seguir diante de relatos não-cooperativos. É, basicamente, um vocabulário de ações intencionais para explicar as finalidades da ação e descrever “como” e “por que motivo” certas escolhas são efetivadas na dimensão jornalística. Em outras palavras, a metalíngua ressalta as ações não-cooperativas como forma de redescrever os acontecimentos de um modo ainda não considerado no vocabulário em uso e como procedimento para “pautar” o privado e o idiossincrático na dimensão jornalística. A elaboração da metalíngua não difere da própria ação

não-cooperativa, pois é mais um vocabulário criado pelo jornalista a fim de levá-lo a abandonar as contingências herdadas e “criar o gosto pelo qual será julgado” (Coleridge *apud* Rorty, 1994:131). A articulação desta metalíngua não é linear e está sujeita aos percalços e imprevistos que a prática lingüística impõe. É preciso considerar:

- O QUE ELE DISSE & não escreveu
- O que eu não entendi & ELE DISSE
- O QUE ELE NÃO DISSE & escreveu
- O que eu entendi & ELE NÃO DISSE

E, em qualquer circunstância, dar atenção ao oposto de um termo a fim de verificar se existe este oposto e se o seu significado opõe-se ao termo em questão. Filosoficamente, há uma hierarquização dos termos onde a cooperação está no “topo” e não-cooperação no “limbo”. Tal dicotomia oblitera a percepção dos fatos ao desconsiderar que ambas, as ações, são inseparáveis e estão num mesmo “nível” de possibilidades. Isto é, cooperação e não-cooperação deixam de ser antagônicas para constituir momentos diferenciados de um mesmo processo. Pragmaticamente falando, o vocabulário de ações intencionais (metalíngua) é um esforço deliberado para criar um entorno para os modos e atitudes das ações não-cooperativas; isto é, criar “uma face” para as crenças e indivíduos que não querem mais ficar submetidos à ditadura filosófica da Seriedade, Objetividade e Verdade no campo jornalístico.

6. O Corpus

O jornal Folha de São Paulo (edição de 12/08/04, p. A4) noticiou a ida do Presi-

dente Lula até o Estado de Rondônia que, na ocasião, se encontrou com integrantes do Movimento dos Sem Terras. Durante a visita, Lula recebeu de uma integrante do movimento um boné com a sigla MST e uma garrafa de cachaça (foto). Em nossa perspectiva, este relato jornalístico é tipicamente uma ação não-cooperativa; a matéria é factualmente correta, mas substancialmente irônica. A foto, como disse Barthes (1993, p.68) “é construída demais”. No texto, a “exatidão” jornalística transforma-se em uma distorção intencional da realidade com o objetivo de provocar a reflexão dos leitores, haja vista a situação anacrônica acontecida semanas antes, envolvendo o presidente e o jornalista Larry Rohter, do New York Times. Rohter (Folha, 12/05/04) citou em reportagem sobre Lula, a preocupação nacional com o fato de o presidente beber em excesso. Rohter foi acusado de ofender e denegrir a imagem do dirigente máximo do país e foi expulso do Brasil a pedido do próprio Lula. Pontualmente, no texto/foto em que Lula recebe o boné e a garrafa de cachaça, a ação não-cooperativa possui uma força ilocucionária que alerta e questiona os interlocutores sobre o comportamento presidencial; simultaneamente, o tom da matéria coloca em pauta um estado de crenças onde a “liberdade jornalística” está sob ameaça. O episódio envolvendo o norte-americano Rohter é apenas um dos fatos onde o presidente Lula e o seu partido político (PT-Partido dos Trabalhadores) achincalha a imprensa e os jornalistas; num comportamento que não irá esmorecer nos anos seguintes, por exemplo: Folha de São Paulo (1/11/06) “Oposição vê cerceamento à imprensa”; FSP (14/11/06) “Lula critica imprensa e Banqueiros”; FSP (28/11/06) “PT

não quer controlar a imprensa, diz Garcia”; FSP (06/12/06) “Lula volta a criticar a imprensa, que só destaca notícia ruim”; FSP (25/04/07) “Berzoini quer controle maior da mídia em época eleitoral”; FSP (17/03/09) “Lula faz críticas desmedidas à imprensa, afirma entidade”. Esta entidade é a SIP – Sociedade interamericana de Imprensa e a declaração tem respaldo na entrevista dada por Lula à revista “Piauí”, na qual chegou a dizer que a leitura dos jornais lhe causa azia (FSP, Brasil, 17/03/09, p.A7).

É importante ressaltar que o uso da ironia inclui uma avaliação negativa do interlocutor ou de um estado de coisas (Oliveira, 1995). Empregar a ironia com fins pedagógicos remete à *maiêutica* (arte da parteira socrática) que objetiva levar o sujeito à busca da verdade interior, ao conhecimento de si mesmo. Enquanto ação não-cooperativa, a ironia constitui o emprego de um vocabulário para descrever de forma diferenciada uma situação de ameaça ou discriminação. Ao mesmo tempo, esta performance é um aviso àqueles dirigentes que, obcecados pela realização de um tipo de “perfeição” se tornam relativamente cegos e surdos à dor e humilhação que causam em virtude de seu comportamento. Em suma, palavras são ações, e a característica do jornalista que emprega uma ação não-cooperativa é sempre a impaciência para não esperar ver resolvidas as suas dúvidas a partir das contingências herdadas; mas fazer as suas próprias contingências e elaborar o seu vocabulário final a partir da incapacidade de suportar a idéia de que não pode ser uma fonte de criação.



PRESENTE Lula recebe de assentada do MST em Rondônia boné e garrafa de cachaça; em visita à fronteira com a Bolívia, presidente pregou integração de 'nação sul-americana' Pág. A4

7. Bibliografia

- AUSTIN, J.L. (1990), Quando Dizer é Fazer: palavras e ação. Porto Alegre: Artes Médicas.
- BARTHES, Roland. (1993), Mitologias. São Paulo: Summus.
- BRUNETTE, Peter; WILLS, David. 1994), Deconstruction and the visual arts. Cambridge: Cambridge University Press.
- CAFFI, C. (2001), Studi di Pragmática Lingüística. Berlin: Mouton de Gruyer.
- CHAPARRO, Manuel. (1993) Pragmática do Jornalismo. São Paulo: Summus.
- DERRIDA, Jacques. (2004), Papel Máquina. São Paulo: Estação liberdade.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de. (1975), Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Rio: Nova Fronteira.
- FREIRE COSTA, Jurandir. (1994) Redescrições da Psicanálise (Ensaios Pragmáticos). Rio: Relume Dumará.
- GRICE, H. P. (1975), Logic and Conversation. In: COLE, P. & MORGAN, J. (eds.). Syntax and Semantics 3: Speech Acts. New York: Academic Press.
- MEY, Jacob; HABERLAND, H. Editorial. (1977), Linguistics and Pragmatics. Journal of Pragmatics, v.1, p.1-12.
- MEY, Jacob . (1993), Pragmatics: an introduction. London: Blackwell.
- _____. (1985), Whose language? Amsterdam: Benjamins.
- _____. (2003), Context and (dis) ambiguity: a pragmatic view. Journal of Pragmatics 35, p.331-347.
- OLIVEIRA, Jair Antonio de. (2004), Comunicação e Cultura: uma abordagem pragmática. Trabalho apresentado ao VII Colóquio Brasil-França de Ciências da Comunicação e da Informação. Porto Alegre.
- _____. (1995), Ironia: eis a questão. Ponta Grossa: Uniletras (UEPG), volume 17, p.99-110.
- _____. (2007), Por uma Comunicação organizacional Mestiça. Disponível no site www.bocc.ubi.pt.
- RAJAGOPALAN, Kananvillil. (2002), Por uma Pragmática Voltada à Prática lingüística. Porto alegre: Sagra luzatto.
- RORTY, Richard. (1994), Contingência, Ironia e Solidariedade. Lisboa: Editorial presença.
- SHIBLES, W. (1974), Wittgenstein. Linguagem e Filosofia. São Paulo: Cultrix.